



Mundo Agrario, abril-julio 2025, vol. 26, núm. 61, e270. ISSN 1515-5994
 Universidad Nacional de La Plata
 Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación
 Centro de Historia Argentina y Americana

Questões de gênero na extensão rural brasileira: revisão bibliométrica sob a perspectiva dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável

Gender issues in brazilian rural extension: a bibliometric review from the perspective of the Sustainable Development Goals

Carina Gessika Irineu do Monte

Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, Brasil
 carinagimonte@gmail.com

Diego Neves de Sousa

Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico, Brasil
 diego.sousa@embrapa.br

Palloma Rosa Ferreira

Universidade Federal de Tocantins, Brasil
 palloma.rosa.ferreira@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a produção acadêmica e científica sobre os Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e sua contribuição para a promoção da igualdade de gênero, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A metodologia consistiu em uma revisão bibliométrica de trabalhos que abordam a extensão rural e sua relação com questões de gênero. Os resultados indicam que, embora algumas pesquisas tratem da participação das mulheres no meio rural e no acesso a políticas públicas, as análises sobre desigualdades de gênero ainda são insuficientes, especialmente ao considerar variáveis como raça e região. Conclui-se que, ao integrar a perspectiva de gênero nas estratégias de ATER, é possível enfrentar as desigualdades e promover um desenvolvimento rural mais inclusivo, alinhado às metas globais do ODS 5, fortalecendo políticas públicas que empoderam mulheres no contexto rural.

Palavras-chave: Mulheres, Agricultura familiar, Políticas públicas, Desenvolvimento rural.

Abstract

The objective of this study is to analyze the academic and scientific production on Technical Assistance and Rural Extension Services (ATER) and their contribution to promoting gender equality within the context of the Sustainable Development Goals (SDGs). The methodology consisted of a bibliometric review of works that address rural extension and its relationship with gender issues. The results indicate that, while some research focuses on women's participation in rural areas and access to public policies, analyses of gender inequalities are still insufficient, especially when considering variables such as race and region. It concludes that by integrating a gender perspective into ATER strategies, it is possible to tackle inequalities and promote a more inclusive rural development, aligned with the global goals of SDG 5, thereby strengthening public policies that empower women in rural contexts.

Keywords: Women, Family farming, Public policies, Rural development.

Recepción: 23 Octubre 2024 | Aceptación: 25 Febrero 2025 | Publicación: 01 Abril 2025

Cita sugerida: Monte, C. G. I., Sousa, D. N. y Ferreira, P. R. (2025). Questões de gênero na extensão rural brasileira: revisão bibliométrica sob a perspectiva dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável. *Mundo Agrario*, 26(61), e270.

<https://doi.org/10.24215/15155994e270>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional.

Introdução

Entende-se por políticas públicas um campo de conhecimento que objetiva colocar o governo em ação, analisar ações, e, quando necessário, propor alterações no decorrer de sua execução, de acordo com os problemas coletivos identificados (Souza, 2006). Deste modo, a política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) emerge como uma das principais ações para que se possa ocorrer a promoção do desenvolvimento rural direcionado ao/a agricultor/a familiar.

Em termos práticos a ATER é um serviço de educação não formal e contínuo no meio rural, voltado para promover e contribuir com a gestão, produção, beneficiamento e comercialização de atividades agropecuárias e não agropecuárias, incluindo agroextrativismo, atividades florestais e artesanais (Brasil, 2010). Contudo, essa abordagem mais ampla da ATER nem sempre existiu. Na década de 1940, quando surgiu no Brasil, a assistência técnica se concentrava na difusão de conhecimentos tecnológicos e técnicas agropecuárias, além de apoiar o acesso ao crédito para investimentos, visando aumentar a produção e melhorar as condições de vida das famílias rurais (Andrade & Jesus, 2016).

O modelo cooperativo de extensão rural adotado era o da *American International Association* (AIA) dos Estados Unidos, que foi propagado por quase todos os países da América Latina, representando um sistema de associação altamente eficiente no contexto capitalista. Foi com investimentos e apoio da AIA que se construíram as Associações de Crédito e Assistência Rural no Brasil, sendo a primeira delas no estado de Minas Gerais (1948) e, posteriormente, foram constituídas em outros estados do país (Andrade & Jesus, 2016).

Em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criado um órgão nacional vinculado ao Ministério da Agricultura, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Essa entidade tornou-se responsável pela coordenação das entidades estaduais, pelos trabalhos de extensão e pelo crédito rural supervisionado (Pinheiro, 2016; Diniz & Hespanhol, 2014).

Neste contexto, também cabe esclarecer que, foi a partir da década de 1980 que se fortaleceram os movimentos e organizações de mulheres e feministas na luta pela reforma agrária e ao acesso à terra; titulação para as mulheres chefes de famílias; garantia e ampliação dos direitos previdenciários e trabalhistas; políticas de fortalecimento do seu papel como agricultoras, dentre outras demandas sob a ótica de gênero. Com isso, tais reivindicações influenciaram na construção de políticas públicas com a proposta de reduzir as desigualdades de gênero (Heredia & Cintrão, 2006).

Na década de 1990, a crise econômica e a implementação de políticas neoliberais no Brasil resultaram na desestruturação dos serviços de ATER. Somente em 2003 foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER).¹ buscando reorganizar e fortalecer esse importante serviço. A PNATER foi regulamentada em 2010 pela Lei nº 12.188, transformando-se em uma política de Estado. A partir dessa regulamentação, a assistência técnica e extensão rural passou a ter uma estrutura mais sólida e direcionada, com foco no fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária (Andrade, 2015).

Ainda em 2003, na realização de proposta de reestruturação da ATER no Brasil, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi consolidada uma ATER setorial para as mulheres, fruto de diversos processos de mobilização e reivindicações da sociedade civil organizada (Telles, Arantes & Freitas, 2017). Cabe salientar que, essa reivindicação ocorreu em 2000, durante a primeira Marcha das Margaridas,² numa significativa articulação de mulheres rurais do Brasil, na qual solicitavam a elaboração de políticas públicas e garantia de direitos sociais para as trabalhadoras rurais, já previstos na constituição cidadã de 1988.

Dialogando com as reivindicações de redução das desigualdades de gênero, dentre os princípios norteadores que orientam a referida Lei de ATER mencionada, estão: a promoção do desenvolvimento rural sustentável; gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; promoção da

segurança e soberania alimentar e nutricional; utilização de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; adoção dos princípios da agricultura de base ecológica com enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; bem como equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia (Brasil, 2010). Diante disso, observa-se que os princípios da PNATER estão interligados às contribuições dos serviços de ATER, permitindo estabelecer diversas conexões entre suas práticas cotidianas e o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para contextualizar os ODS, o Brasil, junto com outros 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), comprometeu-se a adotar a Agenda 2030. Essa iniciativa estabelece um plano de ação global com o objetivo de erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e, promover paz e prosperidade para todos. A Agenda 2030 define 17 ODS e 169 metas associadas a esses objetivos, orientando os esforços internacionais para alcançá-las (Organização das Nações Unidas, 2024).

Este estudo foca no ODS 5-Igualdade de Gênero, que visa alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres. As metas mais relevantes para as discussões sobre PNATER e as ações de ATER são a meta 5.5, que busca garantir a plena participação das mulheres e a igualdade de oportunidades em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública, e a meta 5.b, que promove o uso de tecnologias, especialmente as de informação e comunicação, para empoderar as mulheres (Organização das Nações Unidas, 2024). Embora outros ODS possam ser mencionados,³ o foco principal deste estudo é analisar a produção acadêmica e científica sobre os serviços de ATER e sua contribuição para a promoção da igualdade de gênero, no contexto dos ODS 5. Nesta pesquisa, a perspectiva de gênero permite analisar homens e mulheres como sujeitos históricos, socialmente construídos, fruto das diversas relações estabelecidas na sociedade. Esse olhar busca compreender a construção social e subjetiva de ambos, com foco nas ressignificações culturais, sociais, históricas e políticas que moldam a vida das mulheres e suas interações com o mundo (Lagarde, 1996). A importância dessa investigação numa perspectiva de gênero se dá por constituir um compromisso crítico e revelador de contradições e instabilidades na vida dos/as agricultores/as familiares, que acessam e vivenciam os desafios das políticas públicas direcionadas a este público. Trata-se, com isso, de uma posição política contra a opressão de gênero (Lagarde, 1996).

Nesse contexto, os serviços de extensão rural desempenham um papel crucial ao abordar essas questões de gênero, promovendo a inclusão e o empoderamento feminino. Ao considerar a temática igualdade de gênero como perspectiva transversal, algumas das políticas públicas direcionadas a agricultura familiar possuem algum tipo de recorte ou ênfase para as mulheres. Citam-se a própria PNATER, Chamadas Públicas para Mulheres, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Crédito Rural; Plano Brasil Sem miséria, dentre outras. Neste sentido, gênero como uma categoria de análise, se relaciona ao seu objeto analítico - as construções sociais, culturais e históricas das relações entre os sexos, conectados à esfera psicossocial (Scott, 2012).

Neste artigo, o gênero é entendido como um campo de interesses de poder, conflitos, lutas políticas e busca de conhecimento (Scott, 2012). A igualdade de gênero é destacada como um elemento fundamental no processo de desenvolvimento, não apenas por sua relevância em termos de justiça social, mas também por seus efeitos econômicos positivos (Miranda & Barroso, 2015). Assim, a pesquisa questiona o que a produção acadêmica e científica tem abordado sobre os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), analisando se as ações oferecidas pelas empresas oficiais de ATER contribuem para o alcance das metas do ODS, com foco específico na igualdade de gênero.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos que permearam esta pesquisa foram de caráter descritivo, abordagem qualitativa e método bibliométrico, com busca de palavras-chave/strings na plataforma do Google Acadêmico,⁴ perfazendo a seguinte equação: ("Extensão rural" or "assistência técnica" or "ater") and ("objetivos de desenvolvimento sustentável" or "ods") and ("igualdade de gênero").

A pesquisa foi conduzida em junho de 2024, abrangendo o período de 2021 a 2024, e focou em publicações no idioma português, resultando em 75 resultados. Vale ressaltar que a busca foi repetida três vezes para verificar a possibilidade de replicação, o que pode ter causado algumas variações. Foram excluídos trabalhos de conclusão de curso, artigos, páginas em manutenção ou com erros, bem como capítulos de livros e revistas institucionais, permanecendo apenas dissertações e teses na seleção final. Justificou-se a escolha restrita de dissertações e teses, devido à sua natureza mais aprofundada e rigorosa, em comparação com outros tipos de publicações acadêmicas.

Após a seleção desses documentos, realizou-se leituras dos resumos e das respectivas conclusões, e, quando necessário, tópicos específicos que discutissem ou pontuassem de alguma forma, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural ou políticas públicas por eles analisados, dialogando com os ODS e/ou a igualdade de gênero. A escolha de incluir dissertações e teses nesta revisão bibliométrica justificou-se pela profundidade que estas pesquisas geralmente envolvem, pois são supervisionados por orientadores da área e passam por um processo rigoroso de revisão antes e depois da defesa.

Alguns questionamentos contribuíram para a realização das análises das pesquisas: O que as teses/dissertações têm apontado quanto à relação entre agricultura familiar e os serviços de ATER, sob uma análise a partir de discussões sobre igualdade de gênero? Como as mulheres têm contribuído para a promoção do desenvolvimento rural sustentável? Quais políticas públicas as mulheres têm acessado no meio rural? Quais os maiores desafios para o acesso das mulheres nos serviços de ATER? Existe alguma tecnologia inovadora desenvolvida ou acessada por elas?

Durante as leituras, foram efetivadas buscas nos textos com as palavras “mulheres” e “gênero”, de modo a investigar informações sobre o acesso a políticas públicas, ou inovações, como já exposto. Contudo, salienta-se que, nem sempre, as pesquisas realizam uma discussão explícita e aprofundada sobre as desigualdades de gênero, como será relatado adiante neste artigo.

Após a seleção dos critérios de inclusão e exclusão, dentre os 75 resultados encontrados, procedeu-se a análise de 16 estudos, sendo estes: 9 dissertações e 7 teses. Com base nas interpretações dos materiais encontrados, elegeram-se as seguintes categorias analíticas: 1) Políticas Públicas para agricultura familiar; 2) Desenvolvimento Rural; 3) Sustentabilidade, com temas que se relacionam de maneira transversal com o objetivo proposto, que serão analisadas na próxima seção.

Resultados e discussões

Caracterização dos estudos

Os 16 estudos mapeados para análise neste trabalho foram selecionados com base em pontos de discussão que envolvem os serviços de ATER, os ODS e a igualdade de gênero. Para ilustrar os principais achados, os quadros a seguir apresentam de forma distinta os resultados de cada tipo de produto acadêmico, incluindo informações sobre autoria, título, palavras-chave, universidade/local e ano (Quadro 01 y Quadro 2).

Quadro 01

Informações das dissertações selecionadas para a pesquisa

	AUTOR/A	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	UNIVERSIDADE/PROGRAMA	ANO
1.	Aline Queiroz de Souza	Indicadores de sustentabilidade para a transição agroecológica na Zona Sul de São Paulo: desafios e perspectivas de uma política pública agroambiental	Agricultura Sustentável, Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural, Certificação Orgânica.	Universidade de São Paulo – Faculdade de Saúde Pública	2021
2.	Liliane Barbosa dos Santos Gadelha	Estratégias de valoração dos produtos agroindustriais das mulheres rurais do Assentamento Nova Amazônia em Roraima através do registro de marca coletiva	Mulheres Rurais, Agroindústria, Marca Coletiva, Regulamento de Uso de Marca, Estratégias, Valoração.	Universidade Federal de Roraima - Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação	2021
3.	Janine Beatriz Torres	Percepção das mulheres sobre as tecnologias sociais no projeto de Assentamento Hipólito - Mossoró/RN	Tecnologias Sociais. Reuso de Água. Semiárido. Agroecologia. Mulheres.	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Pós-Graduação em Geografia	2021
4.	Karina Kestring	Sucessão rural: a percepção dos agentes de Ater	Assistência Técnica; Extensão Rural; Juventude Rural.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável	2021
5.	Mitali Daian Alves Maciel	Desenvolvimento sustentável e as práticas inovadoras da agricultura familiar: o caso de Santana do Livramento/RS	Agricultura Sustentável; Novidades; Sistema Agroalimentar.	Universidade Federal Do Pampa - Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa.	2022

6.	Mirela Sandrini Bonella	Fortalecimento de capacidades individuais e coletivas para fomento de inovação social de base na Amazônia	Inovação Social de Base. Fortalecimento de Capacidades. Comunidades de Base. Populações Tradicionais. Resiliência. Amazônia. Socioecologia.	Fundação Getúlio Vargas- Escola de Administração de Empresas de São Paulo	2022
7.	Iorrana Lisboa Camboim	Interculturalidade e burocracia de nível de rua: um olhar sobre a implementação do programa fomento rural junto as famílias quilombolas no estado de Goiás	Implementação de políticas públicas; Comunidades quilombolas; Interculturalidade; assistência técnica e extensão rural; Soberania e segurança alimentar e nutricional; Ecologia política.	Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável	2023
8.	Janaina dos Santos	Mecanismos de crédito e sustentabilidade na produção da agricultura familiar nos municípios de Cascável e Toledo, no Oeste do Estado do Paraná	Agricultura orgânica; Crédito rural; Pronaf.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Pós-Graduação em Ciências Ambientais	2023
9.	Stela Lina Magalhães Bergiante Ferreira	Percepção ambiental de agricultoras participantes do grupo de trabalho de mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM) – RJ: um estudo a partir de suas histórias de vida	Mulheres agricultoras; Agroecologia; Agricultura familiar; Segurança alimentar.	Universidade do Rio de Janeiro - Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade	2023

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quadro 02
Informações das teses selecionadas para a pesquisa

	AUTOR/ A	TÍTULO	PALAVRAS- CHAVE	UNIVERSIDADE/ PROGRAMA	ANO
1.	Denis Monteiro	Gente é pra brilhar: interpretação do desenvolvimento de comunidades camponesas do Sertão do São Francisco, Bahia	Inovação na agricultura familiar; Redes sociotécnicas; Desenvolvimento rural.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Pós-Graduação em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária	2021
2.	Silvia Mattei	A construção de um direito fundamental à alimentação saudável e o desenvolvimento sustentável	Sustentabilidade; direitos fundamentais; diretrizes municipais.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável	2022
3.	Márcia Maria Pereira Muniz	Mulheres do Território Sertão do São Francisco: construindo a igualdade de gênero e a transição agroecológica	Agroecologia; Redes sociotécnicas; Feminismo; Políticas públicas; Protagonismo das mulheres.	Universidade Federal do Vale do São Francisco - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	2023
4.	Francisco Igo Leite Soares	Políticas públicas e agricultura familiar: caminhos para o desenvolvimento sustentável em um assentamento da reforma agrária na Amazônia Brasileira.	Baixo Amazonas; Sustentabilidade Mercados institucionais.	Universidade Federal do Oeste do Pará - Programa Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	2023
5.	Márcia Hanzen	Invisíveis – Índice multidimensional da pobreza rural local	Liberdades substantivas; Pobreza rural; Índice de pobreza multidimensional rural local.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável	2023

6.	Liliane Dalbello	Diretrizes multidimensionais determinantes na elaboração de planos municipais de desenvolvimento rural sustentável	Indicadores multidimensionais; Plano municipal de desenvolvimento rural; Objetivos de desenvolvimento sustentável; Territórios; Desenvolvimento sustentável; Circuito multidimensional.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável.	2023
7.	Tatiane dos Santos	Assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio Grande do Sul: uma discussão emergente	Extensão rural; Política de ATER; sustentabilidade.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável	2024

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com base nos temas e métodos de busca realizados nesta pesquisa bibliométrica, percebeu-se que, os estudos que abordam os serviços de ATER e igualdade de gênero ainda são incipientes, além de ter encontrado maior número de autoras (mulheres) (87,5%). Todavia, para melhor visualizar e caracterizar os resultados encontrados foram distribuídos a quantidade de pesquisas por região, somando-se as dissertações e teses, como forma de entender onde está sendo mais estudado esta inter-relação.

Quadro 03

Quantitativo de pesquisas mapeadas por região⁵

REGIÃO DO BRASIL	Nº DE PESQUISAS
Norte	2
Nordeste	2
Centro-Oeste	1
Sudeste	4
Sul	7

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nota-se que, as concentrações dos estudos permeiam as regiões Sul e Sudeste, com 7 e 4 pesquisas, respectivamente, provavelmente por serem regiões que tenham mais acesso as políticas e tecnologias sociais, protagonizado por mulheres no meio rural e/ou pelos Programas de Pós-graduação listados, terem uma linha de pesquisa conectada às questões de gênero.

Com bases nas buscas já mencionadas, quanto à quantidade de pesquisas publicadas por ano, a partir do recorte temporal de 2021 a 2024, registraram-se as seguintes informações, conforme ilustra o Quadro 04, referente ao somatório total de dissertações e teses, em seus referidos anos.

Quadro 4

Quantitativo de pesquisas mapeadas e publicadas por ano

ANO	Nº DE PESQUISAS
2021	5
2022	3
2023	7
2024	1

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Diante das informações acima, ressalta-se que, as pesquisas registradas até junho de 2024 foram consideradas, devido ao período de escrita deste artigo. Em relação às publicações de 2021 a 2023, observou-se um aumento sutil na quantidade de pesquisas ao longo dos anos, com exceção de 2022. Este declínio pode ter sido influenciado pelo contexto político e social da época, visto que em 2022, o Brasil estava no segundo ano da pandemia da Covid-19; e foram realizadas as eleições gerais, que geraram uma forte polarização no país. Essas situações políticas e sociais podem ter contribuído para a redução das pesquisas direcionadas às áreas de serviços de ATER, desenvolvimento rural, igualdade de gênero e sustentabilidade.

Análises das dissertações e teses: ODS, ATER e igualdade de gênero

Com base na Agenda 2030, no que se refere as duas metas destacadas neste artigo —do ODS 5 em que: visa garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública; e a meta de aumentar o uso de tecnologias de base, especialmente, as de informação e comunicação, para promover o empoderamento feminino—, a maior parte dos estudos analisados permitiu a identificação de três categorias analíticas principais: políticas públicas, desenvolvimento rural e sustentabilidade no contexto rural. As pesquisas destacaram, em sua maioria, temas como agroecologia ou produção de orgânicos, desenvolvimento sustentável e/ou rural, pobreza, direito à alimentação, comercialização e redes.

No que se refere ao alcance da Agenda 2030, os estudos analisados, de modo geral, mencionavam e debatiam com mais ênfase, o objetivo 2 da Agenda 2030, no qual referia-se a: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, como exemplo, pode-se citar os estudos de Santos (2024), Souza (2021) e Maciel (2022).

O estudo de Kestring (2021), ao tratar dos ODS e da Agenda 2030, destacou a relevância dos serviços de ATER na promoção do desenvolvimento sustentável, da juventude e da sucessão rural. No entanto, o estudo não deu ênfase às desigualdades de gênero. Foram identificados desafios relacionados, como: a falta de diálogo e incentivo familiar, a ausência de liberdade para gerenciar suas ideias, espaços e produções, e a busca por melhores condições de vida fora do campo. Esses desafios foram apontados por entrevistados de três instituições de ATER na região Oeste do Paraná, que atuavam diretamente com jovens no meio rural.

Por sua vez, a pesquisa de Souza (2021), abordou indicadores de sustentabilidade para a transição agroecológica na zona sul de São Paulo, propondo uma matriz de indicadores para monitorar e avaliar esse processo, com base nas dimensões econômica, ecológica, sociopolítica e cultural. A inovação na ATER para o acompanhamento de agricultores na transição orgânica foi implementada a partir de 2016, por meio de um protocolo de transição agroecológica e estímulo à produção orgânica. Essa tecnologia social, voltada para o incentivo e apoio à produção agroecológica familiar, tornou-se uma ferramenta importante para orientar e capacitar os técnicos de ATER na difusão de práticas, princípios e conceitos da agroecologia, respondendo à carência de capacitação técnica necessária para a transição junto aos agricultores familiares. No entanto, com

base nessa pesquisa (Souza, 2021), durante a implementação desse protocolo, pouco se discutiu sobre as contribuições ou desafios específicos para as mulheres rurais.

A pesquisa de Maciel (2022), tratou das práticas orgânicas e agroecológicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, contribuindo diretamente para o alcance do ODS 2. Embora o estudo não aborde especificamente a perspectiva de gênero, alguns dados revelaram a participação ativa das mulheres no cotidiano das práticas agroecológicas e orgânicas. Foi destacado, por exemplo, a formação de um grupo de mulheres voltado para a comercialização e entrega de suas produções, tanto em feiras livres quanto por meio digital. Além disso, o estudo mencionou a participação feminina em grupos de sementes crioulas e em atividades que promovessem a troca de conhecimentos, bem como a busca por equidade nas decisões e na divisão das tarefas domésticas entre os membros da família.

Os estudos de Muniz (2023), embasaram investigações de experiências de mulheres na transição agroecológica, destacando não apenas os desafios enfrentados, mas também as contribuições dessas mulheres para a construção da agroecologia e a promoção da equidade de gênero.

No contexto da Rede de Mulheres no Território Sertão do São Francisco (TSSF), Muniz (2023) apontou aspectos como: a participação social, o papel da rede como um espaço propício para a troca de saberes e conhecimentos e o fortalecimento entre as mulheres. A rede também ofereceu oportunidades de formação, articulação com outros movimentos sociais e acesso aos serviços de ATER. A autora destacou ainda o papel das mulheres da Rede TSSF na promoção da segurança alimentar e nutricional de suas comunidades e famílias, estabelecendo relações de solidariedade, cooperação e trocas, além de desenvolverem projetos voltados para o acesso à água, terra, educação, sementes e crédito. No entanto, esse apoio não chegou a todas as mulheres da rede, e o estudo não aprofundou questões relacionadas ao beneficiamento da produção, comercialização e geração de renda.

A materialização das ações e a participação das mulheres na produção, reprodução e troca de saberes ligados ao manejo agroecológico, bem como suas representações nos territórios, constituem memórias fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essas estratégias, não apenas promovem a continuidade na produção de alimentos e geração de renda, mas também contribuem para a preservação ambiental, desempenhando um papel essencial na reprodução da vida e no fortalecimento de uma economia sustentável e equitativa (Souza & Brasileiro, 2023).

A pesquisa de Gadelha (2021) apontou que, mediante o método de análise *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (SWOT)*, foram diagnosticados aspectos sobre a organização e gestão da associação; interações sobre o funcionamento do grupo de mulheres rurais; operacionalização e fortalecimento das atividades de agroindústria, por meio de estímulos e promoções de parcerias e acesso às inovações tecnológicas. Tais resultados buscaram elaborar estratégias para superar limitações de acesso aos mercados, bem como, valorizar os produtos da agricultura familiar de mulheres rurais, no Assentamento Nova Amazônia, em Roraima.

Dessa forma, os resultados dos estudos mencionados ressaltaram a importância de cada empreendimento compreender o contexto socioeconômico em que está inserido, desenvolver planejamentos estratégicos e de marketing, e aprimorar seus processos administrativos, operacionais e técnicos, alinhando essas estratégias para melhorar sua competitividade. Nesse cenário, a agroindústria rural se destaca como uma alternativa promotora do desenvolvimento sustentável, pois aumenta a capacidade produtiva, gera renda, agrega valor e conhecimento, e, principalmente, promove o empoderamento das mulheres (Gadelha, 2021).

Acrescenta-se a isso, a pesquisa de Monteiro (2021), que também ressalta a importância de ouvir as mulheres e investigar as alterações nas dinâmicas das organizações coletivas que fazem parte das redes sociotécnicas, atuantes no Sertão do São Francisco (Bahia), nos espaços sociais, políticos e de comercialização.

A pesquisa conduzida por Ferreira (2023), no qual entrevistou agricultoras pertencentes a um grupo agroecológico para identificar e analisar suas histórias de vidas relacionadas às questões ambientais verificou que todas as entrevistadas enfrentam desafios para serem agricultoras, por não terem reconhecimento como

desenvolvedoras dessa atividade, e vivenciar dificuldades no acesso aos benefícios, apoios e políticas públicas que geralmente os homens conseguem acessar com maior facilidade. Apesar das considerações finais não abordar, diretamente, a presença ou necessidade de ATER específica para as mulheres, os estudos apontam ausência e a necessidade de inclusão de ações, programas e políticas públicas específicas para as agricultoras, visando melhorar sua qualidade de vida, promovendo um processo de construção de cidadania, sendo também fundamental no reconhecimento de seus trabalhos, realidades, percepções, experiências e valores.

Por sua vez, o estudo de Torres (2021) objetivou analisar a percepção das mulheres sobre a implementação e impactos das Tecnologias Sociais (TS) no assentamento Hipólito, Zona Rural de Mossoró/RN, e as mudanças ocorridas no modo de vida local, a partir de seu desenvolvimento e perspectivas sobre a construção do sistema de reuso de água. De caráter qualitativo, os resultados apontaram que por intermédio da organização social foi possível acessar políticas públicas e projetos agroecológicos, além de avaliar positivamente os impactos de tecnologias de armazenamento de água, mediante o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Deste modo, agricultoras participantes da construção de tecnologia de reuso de água nos quintais produtivos, apresentaram expectativas positivas para a produção em suas propriedades, visto que, se trata de outra TS que possibilitará um maior volume de água disponível na área (Torres, 2021).

Diante disto, ainda por meio deste estudo, pôde-se perceber o alcance de metas, mediante ações experimentadas, como: instalações de cisternas atrelada a formação e fortalecimento do grupo de mulheres, em que os benefícios permeiam auto-organização; processos de formação e oficinas; sensibilidade em proteção ao meio ambiente; incentivo à produção econômica (Torres, 2021). Assim como, as ações que as pesquisas apresentaram, dialogam diretamente com a possibilidade de alcance da Meta 5.5⁶ e 5.b,⁷ ao contribuir de alguma forma com a redução de violências/de desigualdades e/ou condições de pobreza. Dentre as ações estão o acesso à água, informações e políticas públicas direcionadas para mulheres, estratégias de fortalecimento de atividades produtivas, acesso a ATER, proporcionando iniciativas de inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional, com base em transferência de recursos financeiros não reembolsáveis e acompanhamento social e produtivo para agricultores/as familiares (Camboim, 2023; Bonella, 2022; Gadelha, 2021).

Salienta-se que, as mulheres são as que mais sofrem com problemas de acesso a água e saneamento básico no Brasil, sendo que as estatísticas pioram quando são mulheres negras e solteiras (Habitat para Humanidade Brasil, 2024). Alguns dos motivos estão relacionados, geralmente, por serem as responsáveis pelos afazeres domésticos e/ou com as crianças, bem como o preparo da alimentação.

A partir dos resultados obtidos, a análise bibliométrica possibilitou identificar ações que foram apoiadas pelas empresas de ATER acessadas pelas mulheres, tais como: Protocolo de transição agroecológica; Agricultura orgânica; Tecnologia social para organização e gestão de uma associação de mulheres rurais; bem como tecnologia social de gestão de água e de agroindústria; Inovação social de base; Redes sociotécnicas; Programa fomento rural, entre outros programas e políticas públicas.

Apesar de alguns estudos realizarem o recorte de vivências de mulheres, ou até mencionarem as discussões de gênero, seja no acesso a políticas públicas de ATER, ou na produção agroecológica, nas formações de redes, dentre outras, ainda sim, percebeu-se a importância de realizar tais análises aprofundando as questões levantadas - quando comparada com os homens, ponderando as particularidades de raça, região, dentre outras. Todavia, ressalta-se que, os registros das informações contribuíram para explicar e ressaltar a necessidade de investigar e aprofundar outras pesquisas quando o assunto é a perspectiva de gênero na ATER e o alcance das metas dos ODS, de modo que ocorra a elaboração de estratégias e políticas públicas que diminuam as desigualdades que afetam mulheres e homens de maneiras distintas, visando reduzir as disparidades.

Nesse contexto, observa-se que, o termo “mulheres” está presente na maioria das pesquisas encontradas, permeando ações e temas quanto a: preservação do ambiente, agroecologia (com o viés de guardiãs das sementes, da natureza) e segurança alimentar ao resgatar valores sociais e culturais. Para, além disso, as políticas

públicas direcionadas ao desenvolvimento rural são diversas, com ações que, em sua maioria, se entrelaçam e se associam de forma direta com a PNATER e ATER, e enfatizar a necessidade de se criar estratégias de promoção a equidade de gênero, desde a infância.

Considerações finais

Apesar de a maioria dos estudos mapeados não aprofundar as discussões sobre a perspectiva de gênero e as desigualdades que afetam homens e mulheres de maneiras distintas, os relatos sobre as vivências e experiências das mulheres no meio rural contribuem significativamente para a formulação de estratégias e políticas públicas voltadas à redução dessas disparidades. Observou-se que as mulheres desempenham um papel crucial na preservação da natureza e na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Contudo, enfrentam diversos desafios, como acesso limitado a recursos e insumos, dificuldades na obtenção de crédito e assistência técnica qualificada, além de barreiras no mercado de trabalho rural e a persistência de estereótipos de gênero e desigualdades estruturais.

Este estudo correlacionou os serviços de ATER com sua contribuição para o alcance dos ODS, em especial o ODS 5, que visa promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Constatou-se que, a ATER desempenhou um papel fundamental nesse processo, ao abordar as desigualdades de gênero no meio rural, podendo tanto reforçar quanto reduzir essas desigualdades. A ATER contribuiu ao proporcionar acesso a políticas públicas, recursos de fomento, capacitação técnica e oportunidades econômicas, áreas em que as mulheres tradicionalmente enfrentaram maiores limitações.

Ao fomentar políticas públicas que incentivem a participação feminina na agricultura, na gestão sustentável dos recursos naturais e no desenvolvimento econômico rural, a ATER auxiliou diretamente no cumprimento das metas do ODS 5. Isso inclui não apenas a melhoria das condições de trabalho e renda para as mulheres rurais, mas também o fortalecimento de seu papel na tomada de decisões familiares e comunitárias, na gestão de empreendimentos coletivos, promovendo assim sua autonomia e empoderamento.

Integrar a perspectiva de gênero nas estratégias de ATER é essencial para não apenas combater as desigualdades existentes, mas também promover um desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável, em consonância com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável. No entanto, ainda há uma escassez de pesquisas que aprofundem diretamente a relação entre ATER e mulheres rurais, ou que explorem a perspectiva de gênero com maior ênfase neste recorte. Os resultados encontrados neste estudo indicam a presença de estratégias, redes e tecnologias sociais correlacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, à sustentabilidade e às políticas públicas, sendo essas as categorias analisadas.

Diante disso, este estudo destacou a necessidade de aprofundar as investigações sobre as relações entre as metas preconizadas pela Agenda 2030 e as questões de gênero no desenvolvimento rural, bem como no acesso às políticas públicas. É fundamental que o Estado atue para reduzir as desigualdades de gênero no acesso às políticas públicas rurais, promovendo a divisão igualitária das responsabilidades domésticas e dos cuidados entre homens e mulheres, além de reconhecer e valorizar as práticas desempenhadas pelas mulheres.

Adicionalmente, devem ser implementadas políticas públicas que combatam a violência de gênero e promovam a equidade nas relações familiares, com ênfase em ações de conscientização que incentivem a igualdade de gênero desde a infância. Promover o respeito, a igualdade e a não violência contra mulheres é essencial para alcançar uma sociedade mais justa. Portanto, a ausência de discussões de gênero nas ações de extensão rural e nas pesquisas perpetua as desigualdades, tornando necessária a adoção de medidas que integrem essa perspectiva principalmente na agenda política brasileira.

Contribuição de autoria

Carina Géssika Irineu do Monte: Escritura, revisión y edición

Diego Neves de Sousa: Escritura, revisión y edición

Palloma Rosa Ferreira: Escritura, revisión y edición

Referências bibliográficas

- Andrade, S. L. & Jesus, P. (2016). Desenvolvimento local, agricultura familiar e povos tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e extensão rural no Estado do Tocantins. *OIKOS: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, 27(2), 205–226.
- Andrade, S. L. (2015). *Desenvolvimento local, agricultura familiar e povos tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e extensão rural no estado de Tocantins*. Orientador Professor Doutor Paulo de Jesus. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE. Disponível em <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/5521>.
- Bonella, M. S. (2022). *Fortalecimento de capacidades individuais e coletivas para fomento de inovação social de base na Amazônia*. Orientador: Prof. Dr. Fernando Burgos Pimentel dos Santos. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo/SP. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/94b8aec6-7c7e-4b73-97aa-a3dda42ae20a/content>
- Brasil (2010). *Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm
- Camboim, I. L. (2023). *Interculturalidade e burocracia de nível de rua: um olhar sobre a implementação do programa fomento rural junto a famílias quilombolas no estado de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília/DF. http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/45849/1/2023_IorranaLisboaCamboim.pdf
- Dalbello, L. (2023). *Diretrizes multidimensionais determinantes na elaboração de planos municipais de desenvolvimento rural sustentável*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR.: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6982>
- Diniz, R. F. & Hespanhol, N. A. (2014). Da ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. *VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*, Vitória, *Anais*. https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1431699956_ARQUIVO_DINIZ_R_F_&_HESPANHOL_A_N_2014_ENG-CBG.pdf
- Ferreira, S. L. M. B. (2023). *Percepção ambiental de agricultoras participantes do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM) – RJ: um estudo a partir de suas histórias de vida*. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/20714>
- Gadelha, L. B. S. (2021). *Estratégias de valoração dos produtos agroindustriais das mulheres rurais do Assentamento Nova Amazônia em Roraima através do registro de marca coletiva*. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). Universidade Federal de Roraima, Boa Vista/RR.: <http://repositorio.ufrb.br:8080/jspui/handle/prefix/670?mode=full>
- Habitat Para Humanidade. Brasil (2024). *Mulheres são maioria sem à água e saneamento básico -- mães negras sofrem mais*. <https://habitatbrasil.org.br/mulheres-acesso-a-agua-saneamento-basico/>
- Hanzen, M. (2023). *Invistíveis– Índice multidimensional da pobreza rural local*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR. Disponível em <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6994>

- Heredia, B. M. A. & Cintrão, R. P. (2006). Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera, Presidente Prudente*, 9(8), 806-6755.
- Kestring, K. (2021). *Sucessão Rural: a percepção dos agentes de Ater*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR. Disponível em https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5336/2/Karina_Kestring_2021
- Lagarde, M. (1996). La perspectiva de género, en género y feminismo. *Desarrollo Humano y Democracia*, 1, 13-38.
- Maciel, M. D. A. (2022). *Desenvolvimento sustentável e as práticas inovadoras da agricultura familiar: o caso de Santana do Livramento/RS*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração). Universidade Federal do Pampa, Marechal Cândido Rondon/RS.
- Mattei, S. (2022). *A construção de um direito fundamental à alimentação saudável e o desenvolvimento sustentável*. (Tese Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR. Disponível em <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6166>
- Miranda, C. M. & Barroso, M. F. (2015). Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero na região Norte Brasileira: Limites e possibilidades. Em C. Miranda Mara et al. (Comp.), *Gênero, Desenvolvimento e Território: novas semânticas e antigas práticas*. Manaus: Editora Valer, UEA edições.
- Monteiro, D. (2021). *Gente é pra brilhar: interpretação do desenvolvimento de comunidades camponesas do sertão do São Francisco, Bahia*. (Tese Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ. Disponível em <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9858>
- Muniz, M. M. P. (2023). *Mulheres do Território Sertão do São Francisco: construindo a igualdade de gênero e a transição agroecológica*. (Tese Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial). Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro/BA.
- Organização das Nações Unidas (2024). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Brasil. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Pinheiro, C. F. (2016). Gênero e Extensão Rural: a Universidade Rural de Minas Gerais e o saber voltado para mulheres (1952- 1969). Entre o local e global. Rio de Janeiro. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh*. Disponível em https://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465603784_ARQUIVO_AnpuhRJ2016_CamilaPinheiro.pdf
- Santos, J. (2023). *Mecanismos de crédito e sustentabilidade na produção da agricultura familiar nos municípios de Cascavel e Toledo, no oeste do estado do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR. Disponível em <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6798>
- Santos, T. (2024). *Assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio Grande do Sul: uma discussão emergente*. (Tese Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR. Disponível em <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7147>
- Scott, J. W. (2012). Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, 45, 327-351.
- Soares, F. I. L. (2023). *Políticas públicas e agricultura familiar: caminhos para o desenvolvimento sustentável em um assentamento da reforma agrária na Amazônia Brasileira*. (Tese Doutorado em Ciências Ambientais), Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém/PA. Disponível em <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/1007>
- Souza, A. Q. (2021). *Indicadores de sustentabilidade para a transição agroecológica na zona sul de São Paulo: desafios e perspectivas de uma política pública agroambiental*. (Dissertação Mestrado em Ambiente, Saúde e

- Sustentabilidade). Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-22012021-153740/publico/SouzaAQ_MTR_R.pdf
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologia*, 8(16), 20-45.
- Souza, M. R. O. & Brasileiro, R. S. (2023). Trabalho feminino no meio rural: o convencional “perfume” do invisível. *Extensão Rural*, Santa Maria, 30, 1-19.
- Telles, L., Arantes, A. O. & Freitas, A. F. (2017). Mulheres, agroecologia e trajetória da ATER no Brasil. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis/SC. Disponível em https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498487354_ARQUIVO_Artigo_Ater_Mulheres_Fazendo_Genero_Final_Enviado.pdf
- Torres, J. B. (2021). *Percepção das mulheres sobre as tecnologias sociais no projeto de Assentamento Hipólito - Mossoró/RN*. (Dissertação Mestrado em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em <https://repositorio.apps.uern.br/jspui/bitstream/123456789/119/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o-Janine.pdf>

Notas

- 1 Lei de Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.
- 2 Ação estratégica de mulheres organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e outros Movimentos Sindicais e de movimentos de mulheres e feministas de todo país. Nascida em Lagoa Grande (Paraíba), Margarida Maria Alves foi uma líder sindical, defensora dos direitos humanos das trabalhadoras rurais.
- 3 Por reconhecer que as discussões podem se estender a outras metas dos ODS devido à transversalidade dos temas de ATER e gênero.
- 4 Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt> Acesso em: 10 jun. 2024.
- 5 Para melhor caracterizar as regiões brasileiras em que as pesquisas foram realizadas, descreveu-se a quantidade de pesquisas realizadas por região e seus respectivos estados: Norte (Roraima - 1 e Pará - 1); Nordeste (Pernambuco - 1 e Rio Grande do Norte - 1); Centro-Oeste (Brasília - 1); Sudeste (São Paulo - 2 e Rio de Janeiro - 2); Sul (Paraná - 6, Rio Grande do Sul - 1).
- 6 ODS 5: Meta 5.5 – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- 7 ODS 5: 5.b – Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.